

Dossiê

Cidadania, política e história do
trabalho

Globalizando a História do Trabalho: o caso da revista *International Labor and Working-Class History*

Barbara Weinstein*

Resumo: O presente artigo segue a trajetória da revista *International Labor and Working-Class History* (ILWCH) ao longo das últimas duas décadas, delineando sua transição de uma revista com um enfoque quase exclusivamente na história da Europa para uma publicação com uma perspectiva mais global. Embora houvesse nas páginas da ILWCH um interesse na globalização como fenômeno começando nos anos 1990, um importante artigo sobre este tema escrito por Charles Tilly em 1995 ainda refletia uma abordagem altamente eurocêntrica. Mas na década seguinte, a composição da comissão editorial começou a mudar, e uma série de artigos – vários deles autorizados pelo historiador social holandês Marcel van der Linden – foram publicados na revista montando argumentos em favor de uma nova e verdadeiramente globalizada história do trabalho. Entre as implicações dessa nova *Global Labor History* vem a necessidade de repensar a categoria histórica de trabalho e de trabalhador/a e a relação entre o trabalho precário ou não livre à história do capitalismo. Ao mesmo tempo, outros historiadores, geralmente trabalhando nas regiões do “Sul Global”, têm questionado os pressupostos da *Global Labor History*, especialmente a tendência de fazer avançar um tipo de “narrativa de convergência” que continua privilegiando as experiências históricas do capitalismo nos países do “Norte Global”.

Palavras-chave: Global Labor History; ILWCH; proletariado clássico; trabalho não livre.

Abstract: The present article traces the trajectory of the journal *International Labor and Working-Class History* (ILWCH) over the last two decades as it shifted from a journal focused almost exclusively on Europe to a more global perspective. Although interest in globalization as a phenomenon emerged in the pages of the journal in the mid-1990s, the approach adopted by Charles Tilly, in a major 1995 article in ILWCH on this question, still reflected a highly Eurocentric approach to labor history. But in the following decade, the composition of the editorial board began to change, and a series of articles – several authored by the Dutch social historian Marcel van der Linden – argued for a new, genuinely global approach to labor history. Among the implications of this new *Global Labor History* is a rethinking of the historical category of labor or worker and the relationship of

* Doutora em História pela Yale University. Professora de História da América Latina e Caribenha na New York University.

precarious and unfree labor to the history of capitalism. At the same time, historians whose work focuses on regions in the “Global South” have questioned some of the premises of Global Labor History and criticized its tendency to promote a type of “convergence narrative” that still privileges the historical experiences of capitalism in the “Global North.”

Keywords: Global Labor History; ILWCH; classic proletariat; unfree labor.

Em um instigante artigo sobre “Global Labor History” publicado em 2012, o historiador holandês Marcel van der Linden insistiu que a historiografia do trabalho – comparada com outras áreas temáticas de história – tivesse demorado para adotar uma abordagem “transnacional” ou “global”.¹ À primeira vista, esta afirmação parece bastante discutível: é notório que a história do trabalho e do movimento operário sempre tiveram um compromisso com uma política internacionalista. Afinal de contas, a profunda ligação entre história do trabalho e as abordagens históricas que acentuaram o aspecto “mundial” do capitalismo, da classe trabalhadora e do movimento operário, logo de início marcava o campo de pesquisa na área. Certos temas – migração e imigração, a circulação de anarquistas e suas ideias, as confederações e os congressos internacionais de sindicatos e partidos da esquerda – ocupavam lugar de destaque muitos anos antes de a história global ou transnacional virar uma tendência pujante na disciplina de história. Pode-se dizer também que a história do trabalho, antes de outras áreas temáticas de história, abriu espaço para quem estava lidando com processos históricos na América Latina ou nas antigas colônias da África. (Pense, por exemplo, no eurocentrismo muito mais tenaz da história intelectual).²

Ao mesmo tempo, temos que reconhecer que a ideia do movimento operário como fenômeno internacional é algo profundamente diferente da noção de história global que informa o trabalho de van der Linden e outros adeptos da História Global do Trabalho. Até recentemente, a história do trabalho, mesmo quando comprometida com uma visão internacionalista, continuava enraizada numa historiografia com a forte tendência de privilegiar a história do Ocidente e do proletariado associado com as economias supostamente mais modernas e plenamente capitalistas do Hemisfério Norte. O mesmo marxismo que garantia um grau de atenção aos processos internacionais reforçava uma narrativa teleológica que privilegiava certos lugares (sobretudo Inglaterra, França e os Estados Unidos) como geradores de uma história do mundo do trabalho que viraria história universal com a expansão do capitalismo. Até E. P. Thompson, que sempre trabalhava com uma abordagem marxista nada ortodoxa, não só pensava na história da classe operária inglesa como o começo de uma nova fase da história, como tendia a perceber nas experiências dos operários ingleses a história que ia transparecer, com atraso e alterações, na África, Ásia e América Latina.³

1 VAN DER LINDEN, Marcel. “The Promises and Challenges of Global Labor History”. *International Labor and Working-Class History*, v. 82, Fall 2012, p. 57-76.

2 A história do trabalho abriu espaço para historiadores da África e da Ásia irem além das abordagens dos *area studies*. Ver, por exemplo, CHAKRABARTY, Dipesh. *Rethinking Working-Class History: Bengal, 1890-1940*. Princeton: Princeton U. Press, 1989; e COOPER, Frederick. *Decolonization and African Society: The Labour Question in French and British Africa*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1996.

3 Sobre esse aspecto da obra de Thompson, ver CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton U. Press, 2000, p. 48-49.

Essa longa tradição na historiografia social do trabalho ajuda explicar porque, quando fui convidada para integrar-me à comissão editorial da revista *International Labor and Working-Class History* (ILWCH) pela primeira vez, mais de 20 anos atrás, fui literalmente a única pessoa entre os quinze integrantes da comissão que trabalhava com uma região do mundo fora da Europa e dos Estados Unidos. Lembro até hoje daquela sensação de ambivalência – de um lado, me senti muito lisonjeada ao associar-me a uma turma que contava entre os seus integrantes figuras de grande projeção na área – David Montgomery, Louise Tilly, Sean Wilentz, Ira Katznelson. Ao mesmo tempo, senti logo o absurdo de ser a *única* pessoa na comissão cuja pesquisa tratava do trecho enorme do mundo que hoje chamamos de O Sul Global (naquela época era ainda o Terceiro Mundo). Achei a possibilidade de influenciar a direção da revista, naquelas circunstâncias, minúscula.

A revista, porém, não estava totalmente desligada do contexto “global” mesmo naquela época. Já na última década do século XX, o impacto do neoliberalismo e das forças da globalização eram tão evidentes que era impossível ignorá-los. Essa crescente preocupação se manifestava de duas maneiras nas páginas da revista: uma era especificar as repercussões políticas e materiais para os operários na fase atual de globalização; e a outra, que surgiu somente na próxima década, era uma tentativa de *globalizar* a história do trabalho – enfim, criar uma disciplina “História Global do Trabalho / Global Labor History”. Obviamente, o tema do impacto da globalização e a preocupação com a globalização da história do trabalho são questões distintas e discretas. De um lado, é evidente que uma alimenta a outra; a própria consciência da globalização levava os historiadores (e outros pesquisadores) a pensar além dos limites da nação. De outro lado, não há nenhuma ligação interpretativa *necessária* entre essas duas preocupações. Mesmo assim, vou tentar neste artigo juntar essas duas “conversas” no contexto da revista *International Labor and Working-Class History* e considerar suas implicações para uma história do trabalho realmente globalizada.

Puramente por acaso, o primeiro número publicado após a minha integração na comissão editorial (1995) incluiu um dossiê, ou “controvérsia”, precisamente sobre a questão da globalização: “Movimentos globais de mão de obra e capital”. O costume na revista é abrir o debate com um ensaio principal, seguido por quatro ou cinco respostas; neste caso, o ensaio principal, de autoria de Charles Tilly, intitulado “Globalização é uma ameaça aos direitos dos trabalhadores,” recebeu respostas críticas de Immanuel Wallerstein, Eric Hobsbawm, Aristide Zolberg e Lourdes Beneria.⁴ Com este elenco, é evidente que houve entre os editores da revista uma preocupação bastante séria com a questão da globalização. Ao mesmo tempo, é notável a reprodução do eurocentrismo da revista mesmo no contexto de um debate sobre globalização. Tilly, por exemplo, declarou de início: o que interessava a ele era especificamente as consequências da globalização para os trabalhadores da Europa. De um lado, isso foi previsível; boa parte da obra extensiva de Tilly estava voltada à experiência europeia. Ainda mais, a decisão de concentrar no caso europeu não é automaticamente um sinal de “eurocentrismo”. Mas ficou evidente que o artigo e o argumento de Tilly foram limitados, até enfraquecidos, pela sua orientação estreitamente centrada na Europa (e nem estamos falando da Europa em geral – como observou Lourdes Beneria, não era apenas o Terceiro Mundo que não aparecia; nem o sul da Europa ganhava espaço no argumento de Tilly).⁵

4 TILLY, Charles. “Globalization Threatens Labor’s Rights”. *ILWCH*, v. 47, Spring 1995, p. 1-23.

5 BENERIA, Lourdes. “Response: The Dynamics of Globalization”. *ILWCH*, v. 47, Spring 1995, p. 45-52. Segundo Beneria (p. 47), o paper de Tilly “is based on historical data from Western Europe, even excluding some

Houve vários desdobramentos dessa abordagem eurocêntrica: apesar de ser um artigo sobre a globalização, a principal categoria de análise foi o estado/nação.⁶ E ainda mais, naquele instante Tilly estava trabalhando com um conceito de cidadania e formação de direitos e classe social como se fosse um processo quase natural de expansão que seguia incorporando paulatinamente, de uma maneira gradativa e mecânica, novas camadas sociais inteiras (um conceito que não funciona bem no contexto europeu, muito menos em outras regiões do mundo). É totalmente previsível que quem começa com essa visão de progresso contínuo, de um século de expansão de direitos através do fortalecimento do estado-nação, vai chegar à conclusão que a globalização estava minando o edifício da cidadania e fatalmente diminuindo os direitos que vinham com ela.

Em geral, os debatedores foram bastante gentis e discretos nos seus comentários (o que não é sempre o caso nas páginas da ILWCH). Entre os quatro, Wallerstein foi o mais insistente nos defeitos do argumento, registrando uma série de críticas; a mais significativa para os fins deste artigo é que Wallerstein (pelo menos por implicação) falava não só dos direitos dos operários da Europa do Norte, mas da relação entre esses direitos (privilégios? vantagens?) e da falta desses direitos entre certas populações dentro e fora dessas sociedades. Em uma análise estimulante, Wallerstein escreveu o seguinte: “O que foi oferecido [aos operários europeus] foi um pacote de três partes: o voto, o estado de bem-estar e um duplo nacionalismo (do estado e do mundo branco – isto é, racismo). Esse pacote tríplice foi imensamente eficaz na transformação das ‘classes perigosas’ em uma ‘oposição responsável’”.⁷ A implicação é que a globalização trouxe a ameaça de “retirar” esse pacote (sem extirpar o racismo, claro), ou fragmentá-lo, dando pequenos pedaços dele aos novos operários na suposta “periferia”. Falando deste ponto, Lourdes Beneria foi ainda mais longe, explicitamente registrando dúvidas com relação ao alcance dos direitos ressaltados por Tilly e notando que alguns processos em que o “proletariado clássico” vai considerar um sinal da degradação do trabalho – por exemplo, a feminização de certos ofícios ou indústrias – podem resultar num aumento da autonomia e do poder para mulheres apesar da intensificação da exploração de sua força de trabalho.⁸ Mas essa observação de Beneria e a crítica articulada por Wallerstein foram exceções. Tanto Tilly como os outros debatedores de modo geral trataram a globalização (que, curiosamente, ninguém equivalia ao neoliberalismo) puramente como um perigo – uma ameaça aos direitos dos trabalhadores, ao padrão de vida do proletariado industrial e até a sobrevivência da própria democracia.

Aliás, Hobsbawm, apesar de concordar com o pessimismo de Tilly, adotou uma posição um pouco mais moderada em relação à globalização, insistindo que as tendências tecnológicas no mundo capitalista que estivessem minando os direitos dos operários não estavam estreitamente ligadas à globalização. É interessante notar que era Hobsbawm – de longe o mais idoso do grupo – que tinha uma previsão mais esclarecida das repercussões das inovações tecnológicas no próximo futuro. Tilly falava do impacto “do telex, fax e computador” (em 1995, ninguém estava falando ainda da “internet”, por incrível que pareça). Wallerstein, que entre os comentaristas era o que mais queria minimizar a novidade da

Southern European countries, and its perspective is biased by this empirical base, raising the question of the extent to which the broadening and equalization of citizenship has taken place elsewhere.”

6 TILLY. “Globalization Threatens,” p. 12-16.

7 WALLERSTEIN, Immanuel. “Response: Declining States, Declining Rights”. *ILWCH*, v. 47, Spring 1995, p. 24-27.

8 BENERIA. “Response”, p. 48.

atual fase de globalização, admitia que, sim, o “fax” já permitia um ritmo de comunicação acelerado, mas acabava declarando que seu impacto ia ser pouco diferente daquele do telefone e do telégrafo, e antes deles, o mensageiro. Ele não imaginava (e quem podia?) que o fax já teria se tornado um aparelho ultrapassado uns vinte anos depois, e a internet criaria um novo mundo cujas repercussões iriam muito além de um simples meio de comunicação.⁹

Hobsbawm também se refere às mudanças tecnológicas, mas de um modo diferente. Segundo ele, duas transformações frequentemente associadas com a globalização na verdade são praticamente independentes desse processo. Uma (à qual vou voltar mais tarde) é até que ponto a economia capitalista depende da utilização de mão de obra assalariada (*wage labor*), e a outra é até que ponto a economia precisa de trabalho humano qualquer para fins produtivos. Quanto à segunda tendência, Hobsbawm escreveu o seguinte:

A revolução na tecnologia informática tem acelerado imensamente a robotização da mão de obra... Esta tendência é mundial. Assim, a mão de obra em São Paulo pode ser barata, comparada com Detroit ou Wolfsburg, mas a indústria automobilística brasileira lá está enfrentando os mesmos problemas de redundância de mão de obra por causa da automação como a americana ou a alemã. Globalização influencia estes desdobramentos, mas não os cria.¹⁰

Novamente, podemos ver as limitações da perspectiva estreitamente eurocêntrica de Tilly para uma abordagem que realmente ilumina as consequências específicas da globalização até no contexto da Europa.¹¹

A controvérsia sobre globalização nas páginas da ILWCH ganhava muita atenção entre os leitores, mas não sinalizava uma nova orientação da revista. Para dar somente um exemplo dentre muitos, o número seguinte da ILWCH teve como tema principal “Workers and Citizenship in Europe and North America”.¹² Em outras palavras, apesar do interesse na questão da globalização e um pequeno mas expressivo aumento no número de artigos que tratavam do mundo fora da Europa e dos Estados Unidos, a ILWCH continuava disposta a priorizar e valorizar a história do trabalho nos países associados com o “proletariado clássico”.

No fim de 2000, resolvi me desligar da comissão editorial. O aparente motivo foi a mudança de emprego da State University of New York at Stony Brook para a University of Maryland (a sede da ILWCH, naquele momento, estava na New School, em Manhattan). Mas, para falar a verdade, aproveitei essa realocação para me distanciar de uma revista que, em minha opinião, continuava excessivamente concentrada no “mundo ocidental” e que não estava reagindo de uma maneira criativa ao declínio de interesse na história do trabalho e na categoria de classe

9 TILLY. “Globalization Threatens”, p. 20; WALLERSTEIN. “Response”, p. 25. Segundo Wallerstein, “a careful analysis of shipbuilding or textile production in seventeenth-century Holland would show that the ingredients were as global (*mutatis mutandis*) as today’s computers”. O defeito desse argumento é seu tratamento do computador como um mero objeto em vez de um instrumento de globalização num patamar totalmente sem precedentes.

10 HOBBSAWM, E. J. “Guessing about Global Change”. *ILWCH* v. 47, Spring 1995, p. 39-44.

11 Claro que há muitos elementos no artigo de Tilly que valem a pena se levar em conta. Por isso, a contribuição dele continua sendo um dos artigos mais referenciados em todos os números da ILWCH, indicando o enorme interesse na questão de globalização e o prestígio intelectual de Charles Tilly. Para uma apreciação da obra dele, especialmente nas últimas décadas da sua longa carreira, veja o número especial de *The American Sociologist*, v. 41, n. 4, Dec. 2010, “Framework and Range of Tilly’s Later Work”.

12 *ILWCH* v. 48, Fall 1995.

depois da virada cultural.¹³ Acontece que minha “renúncia” coincidiu com a saída de vários outros membros da comissão editorial da velha turma, criando uma meia dúzia de vagas, quase todas elas assumidas por historiadores que trabalhavam com regiões do mundo – América Latina, África, Ásia – fora dos velhos baluartes da revista.¹⁴ De um ano para outro, a comissão da revista tinha se transformado de uma turma de historiadores dos Estados Unidos e da Europa (menos eu) em um grupo que refletia muito melhor a composição já mais globalizada da disciplina de história.

Claro que houve um intervalo entre as alterações na composição da comissão e as mudanças no conteúdo da revista, porém, começando em 2004, havia sinais inegáveis de uma nova fase na vida da ILWCH. É importante registrar que essa transição não foi devida exclusivamente aos novos integrantes da comissão. Afinal de contas, foram os editores do “velho regime” que reconheceram a necessidade de diversificar o corpo editorial. Especialmente notável foi o papel de David Montgomery. Numa entrevista que ele concedeu a dois diretores da revista em 2011 (publicado no número de 2012 que foi em homenagem a David e que marcou o quadragésimo aniversário da ILWCH), ele mesmo admitiu que nas primeiras décadas da vida da revista, um dos defeitos era a preferência exagerada pelo mundo europeu.¹⁵ Montgomery, acentuando as contribuições à revista de dois historiadores do Oriente Médio (Donald Quateert e Zachary Lockman), fez questão de notar que “eles chamaram nossa atenção” a uma outra realidade: “a noção do desenvolvimento da atividade artesanal para a pequena fábrica, da pequena fábrica para a grande empresa, e grandes movimentos operários não correspondiam à experiência histórica de três quartos do mundo”.¹⁶ Não era simplesmente uma questão de adicionar artigos sobre outras regiões do mundo, mas começar a repensar a história do trabalho em geral.

Quanto à questão da nova fase da revista, ela se manifestou mais nitidamente num número de 2004 com o dossiê “New Approaches to Global Labor History”.¹⁷ Esse conceito – Global Labor History, avançado vigorosamente por Marcel van der Linden do Instituto da História Social em Amsterdã – foi alicerçado em duas premissas. Uma é que historiadores dos mundos do trabalho devem deixar de privilegiar a nação e o nacional, e devem procurar deliberadamente temas que envolvam o cruzamento de “mundos” e que atravessem fronteiras. A outra é que historiadores dos mundos do trabalho devem ampliar a categoria de “trabalhador” e deixar de privilegiar o proletariado clássico; e deixar de retratar outros tipos de trabalho como “pré-modernos” ou periféricos com relação ao capitalismo.¹⁸

Nos 12 anos seguintes, a transformação da revista foi ganhando força. Para que se tenha uma ideia das dimensões da transformação, posso mencionar alguns

13 Uma das poucas tentativas para elaborar uma resposta a essa “crise” na área de história do trabalho por parte da revista foi o debate gerado pelo artigo de ELEY, Geoff; NIELD, Keith. “Farewell to the Working Class?”. *ILWCH*, v. 57, Spring 2000, p. 1-30.

14 Começando em 2002, a comissão editorial da ILWCH incluía Peter Winn (Latin America), Leela Fernandes (South Asia), Fred Cooper (Africa) and Renqiu Yu (East Asia).

15 *ILWCH* começou sua vida em 1972, na forma de um boletim sobre a história do trabalho e da classe operária na Europa. Quando David Montgomery se integrou na comissão editorial, foi um sinal de uma nova fase e de uma ampliação das propostas da revista.

16 FIELD, Geoffrey; HANAGAN, Michael. “A Conversation with David Montgomery, May 27, 2011”. *ILWCH*, v. 82, Fall 2012, p. 15-25. Para citar Montgomery, “You know, I think the big thing that we had to worry about through the 1980s was that we tended to get more and more European oriented, too much to the exclusion of other parts of the world” (p. 18).

17 HANAGAN, Michael; VAN DER LINDEN, Marcel. “New Approaches to Global Labor History”. *ILWCH*, v. 66, Fall 2004, p. 1-11.

18 HANAGAN; VAN DER LINDEN, “New Approaches”, p. 1.

exemplos: 2006: “Globalização e o lugar do trabalho na América Latina”; 2007: “A política de classe de privatização: uma perspectiva global”; 2007: “Organização operária dentro e além da América Latina”; 2008: “Trabalho na China”; 2010: “As fronteiras instáveis do trabalho livre e não livre”; 2011: “Trabalhadores migrantes no Oriente Médio”; 2012: “Mão de obra e mercadorias globais”; 2012: “Controvérsia: Definindo história global do trabalho”; 2014: “Histórias do trabalho na África”; 2015: “Trabalho no sul da Ásia”; 2015: “Historicizando o trabalho doméstico”; 2016: “Trabalho precário em perspectivas globais”.

Quatro anos depois de voltar a Nova York para assumir meu posto atual na New York University, em 2010, fui convidada a me reintegrar à comissão editorial da ILWCH e aceitei o convite com prazer. Dessa vez encontrei uma comissão composta quase pela metade de historiadores cujas pesquisas estavam voltadas às regiões do mundo fora da Europa e dos Estados Unidos; aliás, atualmente os três “editores-chefes” são historiadores da África, da América Latina e do subcontinente da Ásia.¹⁹ Difícil imaginar uma transição mais dramática na direção e orientação de uma revista. E entre os historiadores que mais contribuíram para essa mudança de orientação, eu ressaltaria o papel do próprio van der Linden, que – além dos vários artigos nas páginas da ILWCH – também tinha publicado o livro de ensaios *Workers of the World: Essays toward a Global Labor History* (2011), no qual ele ampliou os argumentos esboçados (com Michael Hanagan) no número da ILWCH de 2004.²⁰

Do meu ponto de vista, a mudança mais dramática em tudo isso foi precisamente a redefinição de quem devemos chamar de “trabalhador/a”. Tilly, escrevendo em 1995, só queria pensar a questão da globalização do ponto de vista dos movimentos operários nos países “avançados”, compostos principalmente de operários urbanos e industriais. Enfim, para Tilly, a verdadeira história do capitalismo era isso, e o futuro sombrio desses operários significava que algo profundamente novo e diferente (e ruim) estava acontecendo na economia mundial. Devo dizer que não discordo disso – a presente fase de globalização exhibe certos traços distintos e particulares, inclusive a enorme mobilidade de capital, que a diferencia das fases anteriores e que tem prejudicado uma boa parte da humanidade que trabalha.²¹ Mas somente um argumento fundado na noção de progresso contínuo desde o nascimento do capitalismo até as últimas décadas do século XX, e que define a classe operária de um modo estreito e ortodoxo, pode insistir que esta fase de globalização seja *excepcionalmente* nociva/perniciosa para os direitos dos seres humanos que trabalham.²² Apesar de certamente não ser a intenção dele, o argumento de Tilly – que põe de lado o papel da escravidão e do tráfico de escravos, o trabalho forçado e o colonialismo, para não falar do papel de gênero e serviço doméstico não pago – nos oferece uma interpretação histórica da relação entre capital e trabalho que tende a confirmar uma certa narrativa baseada na figura do homem branco, uma narrativa cujas repercussões políticas estão ficando cada vez mais claras e assustadoras (inclusive nos resultados chocantes das últimas eleições

19 Os três “sênior editors” atuais são os seguintes: Franco Barchiesi (África), Prasannan Parthasarathi (Sul da Ásia) e eu, Barbara Weinstein (América Latina).

20 VAN DER LINDEN, Marcel. *Workers of the World: Essays toward a Global Labor History*. Leiden/Boston: Brill, 2011. Há uma tradução para o português: LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

21 Entre os muitos estudos do impacto de globalização, um dos melhores é de COWIE, Jefferson. *Capital Moves: RCA's Seventy-Year Quest for Cheap Labor*. Ithaca: Cornell U. Press, 1999. Cowie fazia parte da comissão editorial da ILWCH, de 2003 a 2008.

22 Mais uma vez, a resposta de Lourdes Beneria (p. 47) é especialmente relevante.

nos Estados Unidos e em outros lugares). Nessa narrativa, existe um tipo de “Idade de Ouro” do capitalismo e do homem trabalhador – geralmente representado como *branco e masculino* –, uma época em que havia muitos empregos (para esses homens brancos) nas fábricas, operadas por empresas que pagavam o que van der Linden chama de “supersalários”, onde havia empregos dignos de um homem propriamente disciplinado e responsável e os sindicatos garantiam os plenos direitos trabalhistas e altos padrões de consumo para essa pequena faixa de seres humanos que trabalhavam sob tais condições. E agora que as coisas mudaram, para muitos dos “homens trabalhadores” a culpa não reside no sistema capitalista ou no patrão que os explora (e assim Donald Trump pode apresentar-se como o “melhor amigo” do trabalhador), mas nas pessoas de cor, nos imigrantes e nas mulheres (que também podem ser imigrantes e de cor), que são tomados como carentes de valores legítimos e da masculinidade apropriada; por isso aceitam ser explorados, roubando empregos dos dignos e virtuosos homens trabalhadores. É exatamente esse discurso cada vez mais hegemônico entre os “perdedores” da última fase de globalização que deixa claro que os historiadores precisam acentuar que aqueles “ganhos” na suposta Idade de Ouro se explicam em parte pela superexploração de outras populações altamente vulneráveis ou daqueles que, por razões específicas, foram inclinados a aceitar condições de trabalho que “o homem trabalhador” consideraria degradante.²³ Qualquer leitura do impacto da globalização que omita essa longa história de desigualdade baseada em identidades de nacionalidade, raça, etnia e gênero acaba reforçando uma narrativa que abre espaço para discursos do populismo da direita.

Levando isso em conta, diria que há dois motivos para a chamada “História Global do Trabalho” ter gerado uma tendência historiográfica para repensar a definição do trabalho/trabalhador e as fronteiras entre trabalho livre e não livre, e para repensar o papel dessas várias formas de trabalho na expansão do capitalismo. Um motivo é mostrar que “o global” é uma categoria útil (talvez indispensável) de análise. Não é simplesmente um modo de oferecer uma narrativa histórica mais ampla e completa, mas (parecido com o argumento de Joan Scott sobre o gênero²⁴) um modo inovador de fazer história e mostrar que as regiões “periféricas” não podem ser meramente subsumidas à história dos países supostamente “avançados”. O outro motivo é mais ligado ao debate atual sobre globalização e a implicação da “derrota” do movimento operário justamente no momento em que a força de trabalho industrial está se diversificando de maneira inegável – cada vez mais longe do “homem trabalhador” dos sonhos do operário branco, masculino e talvez desempregado dos velhos redutos industriais de Michigan ou das minas de carvão de West Virginia ou das fábricas de Manchester.

Devido a especial ênfase da historiografia brasileira em combinar história da escravidão e história do trabalho “livre” no mesmo campo de pesquisa, quero me deter um pouco mais nesse aspecto da transformação.²⁵ Não é por acaso

23 Os três recentes livros mais citados na historiografia sobre escravidão e capitalismo nos Estados Unidos são: JOHNSON, Walter. *River of Dark Dreams: Slavery and Empire in the Cotton Kingdom*. Cambridge: Harvard U. Press, 2013; BAPTIST, Edward E. *The Half Has Never Been Told: Slavery and the Making of American Capitalism*. New York: Basic Books, 2014; BECKERT, Sven. *Empire of Cotton: A Global History*. New York: Alfred A. Knopf, 2014. Para uma avaliação crítica dessa tendência historiográfica, veja OAKES, James. “Capitalism and Slavery and the Civil War”. *ILWCH*, v. 89, Spring 2016, p. 195-220.

24 SCOTT, Joan W. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. *American Historical Review*, v. 91, n. 5, Dec. 1986, p. 1053-1075.

25 Uma boa introdução a esse tema é o breve artigo de GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antônio Luigi. “Além de senzalas e fábricas: um certo número de ideias para uma irrestrita história social do trabalho”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, n. 18, 2006, p. 217-240.

que a questão do trabalho livre e não livre ocupa uma posição de destaque na nova historiografia global do trabalho; aliás, segundo van der Linden, no seu livro de 2011, o maior defeito da historiografia clássica do trabalho (não globalizada) era exatamente a tendência de desconsiderar o trabalho não livre ou tratá-lo como um desvio no caminho ao pleno capitalismo, e dar atenção preferencial ao proletariado na sua forma paradigmática.²⁶

Como é evidente, faz tempo que os historiadores, trabalhando com várias categorias – gênero, raça, o subalterno, o pós-colonial – questionam o protagonismo histórico do “proletariado moderno”. Mas talvez a tendência historiográfica de maior influência ultimamente seja a bibliografia que pensa no “mundo do trabalho” de uma maneira bem ampliada e, portanto, que incorpora plenamente “trabalhadores” de todo tipo, inclusive trabalhadores escravizados. Desse modo, Peter Linebaugh e Marcus Rediker podem chamar a Revolução Haitiana de “a primeira rebelião bem-sucedida de *trabalhadores* na história do mundo”. Obviamente, o uso da palavra “trabalhador” nesse contexto, em vez de escravo, implica uma nova visão da história do trabalho e o lugar da escravidão na economia mundial.²⁷

A longa e persistente exclusão dos escravos da historiografia do trabalho se explica principalmente pela noção de trabalho assalariado como elemento fundamental do capitalismo. Ao mesmo tempo, a história do trabalho, inclusive a História Global do Trabalho, continua sendo implicitamente ligada à história do capitalismo. É por isso que van der Linden, no seu capítulo “Por quê trabalho assalariado ‘livre’?”, deixa claro no primeiro parágrafo que ele considera os dois modos de exploração – trabalho “livre” e escravo – totalmente compatíveis com o capitalismo²⁸ (muito diferente de dizer que o trabalho livre, e somente o trabalho livre, é o elemento fundamental do capitalismo). A pergunta central que informava uma boa parte da historiografia marxista das “*plantation economies*” produzida nos anos 1960 e 1970 sob a influência principal de Eugene Genovese²⁹ – se a escravidão foi um modo de produção capitalista ou não – é aqui dispensada ou, melhor, ultrapassada; agora, o problema mais pontual é analisar e identificar as circunstâncias que favorecem o emprego de mão de obra supostamente livre e as que possibilitam o trabalho forçado.

A principal tendência na historiografia do trabalho escravo nos Estados Unidos hoje segue essa linha: na bibliografia sobre “Segunda Escravidão” não há nenhuma contradição entre capitalismo e trabalho escravo. Muito pelo contrário, o trabalho forçado é conceituado como um aspecto recorrente e permanente do sistema capitalista, e a economia escravista do sul dos Estados Unidos é vista como a locomotiva da expansão econômica do país inteiro e um estímulo principal para inovações tecnológicas; e mais, um elemento fundamental na globalização do capitalismo. Segundo essa nova historiografia, o ritmo de trabalho nas fazendas de algodão – longe de ter traços de formações econômicas pré-capitalistas – foi minuciosamente organizado e as relações de trabalho obedeceram estreitamente uma lógica capitalista de maximização de lucros e acumulação.³⁰ Estamos muito

26 VAN DER LINDEN. *Workers of the World*, p. 17-78.

27 LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000, p. 319 *apud* VAN DER LINDEN. *Workers of the World*, p. 17.

28 VAN DER LINDEN. *Workers of the World*, p. 39-61.

29 Ver, especialmente, GENOVESE, Eugene D. *The Political Economy of Slavery: Studies in the Economy and Society of the Slave South*. New York: Pantheon Books, 1965.

30 Sobre o conceito de Segunda Escravidão, ver TOMICH, Dale W. *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital,*

longe não apenas do sentimentalismo e nostalgia sulista de *E o vento levou*, mas também da interpretação marxista de Genovese, que insistia nos elementos não capitalistas e paternalistas da escravidão; ou a do historiador cubano Manuel Moreno Fraginals, em *El Ingenio*, que explicitamente associou o fim da escravidão em Cuba com o amadurecimento do sistema capitalista.³¹

Qual é a ligação dessa nova (ou renovada) linha de argumento na bibliografia da escravidão com o tema “história global do trabalho”? Creio que é precisamente sua visão radical da história da economia moderna/global na qual o proletariado ainda existe, claro, mas não ocupa um lugar de honra. O historiador Walter Johnson, por exemplo, nos oferece uma interpretação intrigante do trecho famoso do *Capital*, no qual Marx fala da circulação de mercadorias. O caso hipotético esboçado por Marx é uma trouxa de linho que começa a vida numa fazenda na Grã-Bretanha e vai para as fábricas da Inglaterra; depois vira uma camisa para vender, e assim por diante. Para Johnson, o que é curioso é a escolha do linho – uma planta que nesse período já era muito marginal na indústria de tecidos, onde o algodão era de longe a matéria-prima mais importante. Então, ele pergunta por que Marx optou pelo linho e não pelo algodão: segundo Johnson, era justamente para excluir mão de obra escrava do circuito de produção capitalista moderna. Diferente do algodão, o linho costumava ser cultivado em terras onde os trabalhadores eram homens considerados livres.³²

Outro aspecto comum da literatura da “Segunda Escravidão” e da História Global do Trabalho – pelo menos a versão conceituada por van der Linden – é que a história do trabalho (tanto livre como escravo) continua inseparável do capitalismo. Portanto, é interessante considerar mais um debate provocado nas páginas da ILWCH, em 2012, quando o infatigável van der Linden publicou o ensaio principal numa controvérsia sobre “Defining Global History”. Em sua contribuição, “The Promises and Challenges of Global Labor History”, que um dos debatedores chamou de “um manifesto”, Marcel resumiu os principais argumentos do livro *Workers of the World*, e novamente apresentou uma visão bem ampliada do capitalismo, do trabalho compatível com capitalismo, e por extensão, sua crítica da historiografia clássica do trabalho.³³

No contexto da história da revista ILWCH, uma coisa que inevitavelmente chama atenção é a enorme distância entre o debate com Tilly, em 1995, e o debate com van der Linden, em 2012. Claro que os termos e propósitos dos dois debates eram bem diferentes, mas deixando isso de lado, é impressionante até que ponto um ensaio como o de Tilly, que procurava explicar o impacto da globalização inteiramente através de um grupo muito delimitado de casos europeus, seria impensável no contexto do debate em 2012. E Marcel é um dos principais responsáveis por esse (bom) estado de coisas. Percebendo que a história do trabalho estava em pleno declínio depois da virada cultural e do surgimento da

and World Economy. Lanham: Bowman & Littlefield Publishers, 2004; KAYE, Anthony E. “The Second Slavery: Modernity in the Nineteenth-Century South and the Atlantic World”. *Journal of Southern History*, v. 75, n. 3, August 2009, p. 627-650.

31 No seu livro *Slave Emancipation in Cuba: The Transition to Free Labor, 1860-1899* (Princeton: Princeton U. Press, 1985), p. 3-37, Rebecca J. Scott contesta o argumento de Moreno Fraginals, mostrando que foram precisamente os engenhos mais mecanizados e lucrativos que utilizaram mão de obra escrava até os últimos anos de escravidão em Cuba. Precusores desse conceito da relação entre capitalismo e escravidão incluem Eric Williams e CLR James.

32 JOHNSON, Walter. “The Pedestal and the Veil: Rethinking the Capitalism/Slavery Question”. *Journal of the Early Republic*, v. 24, n. 2, Summer 2004, p. 299-308.

33 VAN DER LINDEN, Marcel. “The Promise and Challenges of Global Labor History”. *ILWCH*, v. 82, Fall 2012, p. 57-76.

teoria pós-colonial, van der Linden e outros estudiosos ofereceram a História Global do Trabalho como um antídoto para as forças que estavam minando seu campo de pesquisa. Mas “o manifesto” de Marcel vai muito além de uma mera proposta para um novo modo de fazer história do trabalho. Ele insiste que a abordagem global seja capaz de produzir uma historiografia inovadora e não eurocêntrica, que presta para explicar a condição atual da globalização, e mais ainda, que todos os pesquisadores da área devem seguir esse rumo.³⁴

Não é surpresa que os vários debatedores participantes dessa controvérsia registraram críticas, às vezes duras, da postura tão insistente em favor da História Global do Trabalho e discordaram de certos argumentos do ensaio de Marcel. Dorothy Sue Cobble, em sua resposta, defendia a chamada história clássica do trabalho, insistindo que muita coisa que Marcel propôs em sua campanha em favor da História Global do Trabalho já foi realizada pela historiografia existente, especialmente pelas historiadoras que trabalham com estudos da mulher e do gênero, um enfoque que logicamente exigia uma abordagem diferente, que levasse em consideração o trabalho doméstico (pago e não pago) e o trabalho no setor chamado “informal”, tendo em conta a questão da precariedade.³⁵ Destacando um aspecto bastante diferente em sua resposta, Peter Winn procura recuperar a história nacional como um contexto capaz de estimular um intenso interesse na história do trabalho. Segundo Winn, no Chile – embora seja um país que serve como o caso padrão da globalização – há, porém, uma busca crescente pela história do trabalho e do movimento operário surgindo quase inteiramente dentro de um contexto nacional. Longe de querer “globalizar” esse campo de pesquisa, os jovens historiadores chilenos estão procurando recuperar uma história social especificamente chilena. Será que os adeptos da História Global do Trabalho consideram essa disposição um sinal de “atraso”? Winn espera que não, mas ele indica (com razão) que há pouco espaço na abordagem de van der Linden para acomodar essa tendência.³⁶

Para as finalidades deste artigo, as críticas mais relevantes são aquelas articuladas nos comentários de Franco Barchiesi, historiador do sul da África, e Prasannan Parthasarathi, especialista no sul da Ásia.³⁷ Ambos identificam dois problemas nos argumentos de van der Linden. Um é a insistência de Marcel (e dos outros “globalistas”) em associar a história do trabalho, em todas as suas formas e locais, com o capitalismo. O outro é a tendência de pensar em termos de “convergência”: quer dizer, apesar de reconhecer os vários modos de trabalho e relações de trabalho, Marcel ainda segue imaginando um processo que permitirá que esses fragmentos da economia global um dia vão reunir-se e lutar em favor dos seus direitos comuns. Se não, por que insistir que somente podemos entender suas histórias por meio das ligações, dos cruzamentos e das interações?³⁸

Franco Barchiesi, em particular, tem dois argumentos muito fortes contra essa abordagem. Primeiro, ele acha que, no caso da África, será extremamente

34 VAN DER LINDEN. “The Promises and Challenges”.

35 COBBLE, Dorothy Sue. “The Promise and Peril of the New Global Labor History”. *ILWCH*, v. 82, Fall 2012, p. 99-107.

36 WINN, Peter. “Global Labor History: The Future of the Field?”. *ILWCH*, v. 82, Fall 2012, p. 85-91.

37 BARCHIESI, Franco. “How Far from Africa’s Shore? A Response to Marcel van der Linden’s Map for Global Labor History”. *ILWCH*, v. 82, Fall 2012, p. 77-84; PARTHASARATHI, Prasannan. “Global Labor History: A Dialogue with Marcel van der Linden”. *ILWCH*, v. 82, Fall 2012, p. 108-113.

38 Barchiesi (p. 77) cita a advertência de James Ferguson “contra os perigos de escrever globalização como uma ‘narrativa de convergência’, onde possibilidades de progresso e emancipação emanam dos processos estruturais e culturais suportando os fluxos de capital e investimento.”

difícil dizer que a lógica do capitalismo (globalizado ou não) explica as formas de trabalho que surgiram na época pós-colonial. Muitos africanos, no passado e o no presente, na região onde Barchiesi faz pesquisa, têm mostrado uma preferência pelo trabalho sazonal ou casual por causa de certos compromissos culturais e familiares; não são as exigências de capitalismo que, em primeiro lugar, explicam essa opção. E muito menos alguma forma de consciência de classe inadequada. Barchiesi manifesta um profundo desdém dos vários representantes de relações trabalhistas que chegam ao continente para ensinar o africano a ser um bom “homem trabalhador”, equiparando esses “experts” aos agentes coloniais de outrora e seus projetos de engenharia social. O segundo problema: Barchiesi percebe no argumento de Marcel a velha tendência na história do trabalho de conceituar “classe” como algo real, e raça, ou melhor, as hierarquias e formas de dominação construídas em cima do racismo, como uma “ficção” que um dia vai desvanecer em favor da unidade de classe.³⁹ Na presente situação política, está sendo cada vez mais difícil discordar da crítica feita por Barchiesi contra a formulação da convergência, e ainda mais agora à luz da atualidade política nos Estados Unidos, onde a grande maioria dos homens brancos sem formação universitária votou em Trump, cujas propostas “socioeconômicas” são ilusórias, mas cujo apelo ao racismo é inegavelmente real e vem gerando consequências concretas.⁴⁰

Enfim, onde é que fica a questão da História Global do Trabalho, tanto nas páginas da revista ILWCH como entre os historiadores de trabalho em geral? Depois de ter reencontrado o ensaio de Marcel e as várias respostas fica claro para mim que sua “História Global do Trabalho” deve ser vista, antes de mais nada, como um modo de recuperar a história do trabalho no Norte Global sem reproduzir um discurso eurocêntrico. É impossível hoje ler o artigo de Tilly de 1995 e não se sentir incomodado pelo eurocentrismo do seu argumento e pelas limitações dessa abordagem. Na História Global do Trabalho de van der Linden e dos outros pesquisadores da área, a Europa deixa de ser a “Europa hiperreal” – fonte de todo tipo de progresso – e agora pode ser situada dentro de uma densa rede de movimentos e migrações de capital, tecnologia e seres humanos que se estendem para muito além do continente.⁴¹ Enfim, acho que a História Global de Trabalho é, em primeiro lugar, uma abordagem que recupera a história (parcialmente) europeia do trabalho. E talvez seja por isso que ela não provocou o mesmo entusiasmo entre os três comentaristas – Peter Winn, Franco Barchiesi e Prasannan Parthasarathi – que fazem suas pesquisas sobre regiões fora da Europa. Para eles, História Global do Trabalho é uma opção interessante, mas não representa o único caminho.

Enfim, quero terminar voltando à forte crítica registrada por Franco Barchiesi, inspirada em parte na obra do antropólogo James Ferguson. Entendo perfeitamente a desconfiança dele pelos motivos de quem chega dos antigos impérios, ou dos novos poderes globais, para instruir o africano nas práticas

39 BARCHIESI. “How Far”, p. 79. A noção de raça como algo construído e de classe como algo concreto e objetivo é explicitada no artigo clássico da historiadora Barbara Jeanne Fields: “Ideology and Race in American History”. In: KOUSSAR, Morgan J.; MCPHERSON, James (eds.). *Region, Race, and Reconstruction: Essays in Honor of C. Vann Woodward*. New York: Oxford U. Press, 1982, p. 143-177.

40 Claro que o sucesso de Trump entre os homens brancos de baixa renda não é um fenômeno singular ou restrito aos EUA. Ver, por exemplo, AFONSO, Alexandre; RENNWALD, Line. “The Far Right’s Leftist Mask”. *Jacobin*, 17. Mar. 2017. <https://www.jacobinmag.com/2017/03/far-right-ukip-fn-welfare-immigration-working-class-voters/>

41 O conceito da “hyperreal Europe” vem de CHAKRABARTY. *Provincializing Europe*, p. 27, mas a origem do conceito vem da obra de Jean Baudrillard, que define o hyperreal como “mais real do que o real.”

adequadas para ser um moderno homem trabalhador. Mas ao mesmo tempo, é difícil imaginar um mundo melhor sem alguma tentativa de consolidar uma cultura política de direitos trabalhistas globais. Recentemente, recebi pela internet, graças ao *Brasil de Fato*, a notícia de uma fábrica de roupas no bairro paulistano de Bom Retiro, uma empresa que faz parte da cadeia de produção da M. Officer, que foi denunciada por “trabalho análogo à escravidão.” As condições degradantes indicadas incluíam horas excessivas, residência na fábrica e exploração de famílias inteiras. E acontece que todas as pessoas trabalhando sob essas condições eram bolivianas.⁴² Na verdade, não sabemos se essas famílias bolivianas consideravam sua situação análoga à escravidão. É muito possível que não (e não por causa de algum “atraso cultural” – historicamente, a Bolívia é famosa por sua tradição de militância operária, sobretudo nas minas de estanho⁴³). Mas em uma economia globalizada, a questão não é simplesmente se essas famílias bolivianas se sentiram exploradas ou não; temos que levar em conta as implicações mais amplas de tais práticas. O desafio é continuar lutando em favor de certos direitos e proteções trabalhistas, mas, ao mesmo tempo, recusar qualquer noção normativa de “consciência operária” e evitar o desprezo por quem estamos supostamente tentando “salvar”.

Recebido em 21/02/2018

Aprovado em 26/03/2018

42 *Brasil de Fato*, 09 nov. 2017, <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/09/justica-reconhece-trabalho-escravo-na-cadeia-de-producao-da-mofficer/>

43 Sobre a longa história de radicalismo na Bolívia, ver DUNKERLEY, James. *Rebellion in the Veins: Political Struggle in Bolivia, 1952-1982*. London: Verso, 1984.

